

THAYSA MARA VIEIRA DA VEIGA

**ÉTICA NA EDUCAÇÃO: O PAPEL DO EDUCADOR SOCIAL NA
PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NAS SALAS DE AULA NAS ESCOLAS
PÚBLICAS**

CURITIBA

2012

THAYSA MARA VIEIRA DA VEIGA

**ÉTICA NA EDUCAÇÃO: O PAPEL DO EDUCADOR SOCIAL NA PREVENÇÃO DA
VIOLÊNCIA NAS SALAS DE AULA NAS ESCOLAS PÚBLICAS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Filosofia da Educação do Setor de Educação da UFPR, como requisito parcial à obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof. Gelson João Tesser

CURITIBA

2012

TERMO DE APROVAÇÃO

THAYSA MARA VIEIRA DA VEIGA

ÉTICA NA EDUCAÇÃO: O PAPEL DO EDUCADOR SOCIAL NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NAS SALAS DE AULA NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Filosofia da Educação, do Setor de Educação da UFPR, como requisito parcial à obtenção do grau de especialista, sob avaliação da seguinte banca examinadora:

ORIENTADOR: Prof. Dr. Gelson João Tesser
Departamento de Filosofia, UFPR.

Prof. Dr. Geraldo Balduino Horn
Departamento de Filosofia, UFPR.

Prof. Dr. Décio Junkes
Departamento de Filosofia, UFPR.

Curitiba, Janeiro, 2012

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus professores do curso, a minha família, amigos e a todos os profissionais da área da Educação.

AGRADECIMENTOS

Pela vida e saúde como virtudes excelsas.

Agradeço aos colegas do curso por terem compartilhado momentos de experiências e aprendizagem;

Agradecimento especial aos professores do curso; Karen Franklin, Udo Baldur Moosburger, Celso de Moraes Pinheiro, Gelson João Tesser, Geraldo Balduino Horn, Kátia Kasper.

Aos Docentes e Discentes do Colégio Estadual Rodolpho Zaninelli;

Ao professor Gelson João Tesser pelas orientações e paciência durante a elaboração deste trabalho.

Agradecimento as diretoras Ester e Vanessa pela compreensão nos momentos preciosos da vida escolar;

Aos familiares e amigos o muito obrigado.

Aos velhos e jovens professores, aos mestres de todos os tempos que foram agraciados pelos céus por essa missão tão digna e feliz. Ser professor é um privilégio. Ser professor é semear em terreno sempre fértil e se encantar com a colheita. Ser professor é ser condutor de almas e de sonhos, é lapidar diamantes. (Gabriel Chalita).

RESUMO

O desenvolvimento desta pesquisa busca ampliar os conhecimentos sobre os processos na abordagem da Ética na Educação: no papel do educador social na prevenção da violência nas salas de aula das escolas públicas, como sua importância e suas consequências da inserção desse tema no cotidiano escolar. O nosso propósito é refletir sobre o papel da família e da escola na educação, sobre temas que preocupam a vida em sociedade: a violência é um deles, revelando-se um problema de difícil solução. Sendo que éticos são os princípios morais e os valores que norteiam os seres humanos nas suas ações com outros membros da coletividade promovendo o desenvolvimento global dos indivíduos.

Palavras-chave: Ética, Família, Educação, Violência.

SUMARIO

INTRODUÇÃO	8
1 O PAPEL DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO	11
1.1 O PAPEL DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO	13
1.2 O PAPEL DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO	17
2 VIOLÊNCIA E INDISCIPLINA	21
2.1 ÉTICA E VIOLÊNCIA	26
2.2 O PAPEL DO EDUCADOR SOCIAL NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA	31
2.3 A MUDANÇA SOCIAL	36
3. PROBLEMAS DA VIOLÊNCIA NA COMUNIDADE PESQUISADA	40
3.1 CONTEXTOS DA COMUNIDADE ESCOLAR	42
3.2 ORGANIZAÇÕES DA ENTIDADE ESCOLAR	45
3.2.1 REGIME DE FUNCIONAMENTO:	45
3.2.2 RECURSOS FÍSICOS:	45
3.2.3 RECURSOS DIDÁTICOS:	46
3.3 COMUNIDADE ESCOLAR NO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO	46
CONCLUSÃO	49
REFERÊNCIAS	51
APÊNDICE	53
ANEXOS	54

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento dessa pesquisa sobre a violência nas escolas não é um fenômeno novo. Todavia tem vindo a assumir proporções tais que a escola não sabe que medidas tomar para sanar este problema. Pretende-se com esta pesquisa fazer uma breve abordagem sobre os fenômenos da violência exercida por adolescente e jovens nas escolas públicas e como tal fato é devido a problemas de adaptação. A razão da escolha se prende ao fato das experiências vividas cotidianamente nas salas de aula, onde a questão da falta de respeito com a individualidade de cada aluno e o enfrentamento à violência na escola é uma realidade constante.

A proposta desse tema é fazer uma reflexão de como a escola deve levar a discussão as questões econômicas, sociais, ambientais, políticas e culturais que podem e devem ser tratadas, a fim de levar o educando a refletir nessas questões como cidadão transformador de sua sociedade. A finalidade desses tópicos é refletir sobre: o papel da família na educação, da escola, violência e indisciplina, ética e violência no ambiente escolar, analisando qual seria o papel dos educadores diante da violência entre crianças e jovens no interior da escola, pensando como que a escola pode contribuir para a formação ética e moral de seus alunos no mundo contemporâneo.

Por a escola ser um lugar onde todos os problemas sociais se encontram como a exclusão social, desemprego, desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais, por isso é um lugar onde tudo isso deve ser discutido, isso não quer dizer que nelas vamos encontrar a solução, mas é o lugar onde haverá uma reflexão maior sobre o assunto. Serão alvo de reflexão o papel da família na educação numa perspectiva histórica até aos dias de hoje; o fenômeno de violência e como ela se registra na sociedade; a violência nos jovens fruto da ausência de referências positivas no meio onde estão inseridos. Serão também apontadas as causas da violência, sua prevenção e como o educador social, enquanto profissional qualificado, poderá agir na prevenção do fenômeno em questão. Com tudo isso busca ampliar o embasamento para o comportamento consciente, por uma convicção íntima e não mecânica externa e impessoal. O principal objetivo dessa

pesquisa é trabalhar em duas instâncias a valorização do homem como tal e do seu agir de conformidade ou não aos costumes e à tradição. Ética e moral do indivíduo.

Dentro das linhas gerais de pensamento que orientam o desenvolvimento desse projeto por uma pesquisa de vivência do cotidiano nas salas de aula. Através de fundamentos teóricos e práticos, busca-se uma metodologia coerente com processos mais efetivos para o aprofundamento da análise crítica, contextualizada e politicamente correta da realidade social em que estão inseridos os alunos, num ambiente de contrastes. Através dos questionários e entrevistas pretendem oferecer-se um diálogo com os professores, alunos e teóricos que tratam do tema violência e do entendimento das muitas manifestações sociais e institucionais que configuram esse fenômeno no plano teórico e prático. Nosso exercício será o de observar e analisar alguns elementos que permitam operar de forma crítica a ligação existente.

O trabalho está pautado na busca de definições do que seja a violência escolar, investindo na tentativa de aproximar a família da escola e o papel do educador na prevenção dessa violência. A partir desses conceitos pretende-se fazer uma investigação e reflexão com base em algumas fundamentações teóricas como: Rousseau, Kant, Durkheim, Aristóteles, Paulo Freire, Foucault, Arendt, Chauí.

Em torno da Questão: ética na educação, o papel do educador social na prevenção da violência nas salas de aula nas escolas públicas. Pretende-se analisar os seguintes tópicos: no primeiro capítulo o papel da família e da escola na educação; No segundo capítulo abordaremos o tema violência e indisciplina, ética e violência, o papel do educador social na prevenção da violência e finalmente terminaremos o capítulo com a Mudança Social; O terceiro capítulo apresentará o problema da violência na escola, o contexto da comunidade escolar, organizações da entidade escolar, regime de funcionamento, recursos físicos, recursos didáticos e a comunidade escolar no contexto socioeconômico.

O cotidiano de nossas escolas tem produzindo uma quase impossibilidade de reflexão sobre os problemas e impedindo o desenvolvimento de uma visão e de uma prática estratégicas tanto por parte dos professores quanto de seus gestores. Esse cotidiano, povoado de desafios, não é entendido como espaço privilegiado de aprendizagem e de formação permanente dos educadores. Ao contrário, os educadores pedem socorro e localizam fora de si ou de suas instituições as razões

dos problemas vividos. Factualmente, os problemas da educação escolar, incluindo aqui a violência, a indisciplina e outros, são também problemas apresentados para uma sociedade. Finalizaremos o trabalho apresentando as entrevistas e seus resultados onde perguntaremos ao longo desta reflexão: quais são nossas responsabilidades quando nos encontramos no centro dos cruzamentos dessa violência? Com isso espera-se resgatar o papel da escola de onde está deixando um pouco de lado a construção moral e a educação ética, atribuindo prioridades a outros assuntos e esquece que a formação do indivíduo é a mais importante, e que permeará por toda a sua vida. Portanto, o educador possui um papel fundamental na formação.

Através desses dados espera-se que os alunos apresentem mudanças de comportamento onde aprendam a compartilhar com os diferentes meios sociais a que estão integrados ou expostos colocando em jogo nas relações cotidianas. A nossa vida será como a construirmos, de maneira criativa e responsável. Para que os alunos sejam cidadãos críticos, e participem ativamente da sociedade, urge uma educação emancipadora.

1 O PAPEL DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO

Nesse momento, nosso objeto de estudo é o desenvolvimento social, o qual permitirá compreender o processo evolutivo das interações da família e da escola com outras pessoas e também a relação direta e indireta com o meio que o cerca, tornando-o agente integrante de um grupo social.

Nesse contexto, encontramos a socialização, que é definida como o processo pelo qual o indivíduo adquirem padrões, valores e conhecimentos de uma sociedade. Sendo assim, fica explícito que a família tem a função primordial nesse desenvolvimento, visto tudo se iniciar pelas relações afetivas que se estruturam no vínculo primário, e posteriormente serão os laços afetivos que sustentarão o relacionamento social subsequente.

As relações sociais iniciam-se com base nas conquistas afetivas do indivíduo recebe em suas primeiras experiências de vida. Percebamos como é fundamental a aliança que se consolida na relação pais\filhos e irmão\irmão para o amadurecimento individual e grupal de um indivíduo.

A delegação de autoridade dos pais para a escola é essencial para uma primeira aceitação, por parte da criança, da hierarquia professor/aluno e acredito que é importante durante todo o ensino desde a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.

Ainda que a família ocupe um lugar fundamental na formação das disposições mentais e práticas dos indivíduos, a escola, como instituição específica da época moderna, aprofunda e consolida as determinações estruturais de herança familiar. É a instância responsável pela manutenção e reprodução da ordem social dando continuidade ao contrato social. Portanto a família quanto à instituição escolar devem trabalhar em sintonia, pois o aluno deve perceber que ambos falam no mesmo sentido.

Os ensinamentos do experiente educador vêm respaldar o que se pretende aqui defender: que a escola além de instruir e educar assuma como comunidade que deve ser, também a função de garantir direitos de criança e adolescentes, correspondendo ao preceito legislativo inscrito no artigo 227 da Constituição Federal de

1988, regulamentando pelo artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, que normatizou a proteção integral como responsabilidade de todos.

A garantia dos direitos da infância e da juventude, no Brasil, está fundamentada na Constituição Federal, que define como prioridade absoluta em seu artigo 227, na Lei 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente. A Constituição Federal em seu art. 227 coloca que:

É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2008 p.144).

Com a promulgação do artigo 227 na Constituição Federal de 1988, parece ter sido acrescida mais uma função: A responsabilidade pela defesa e garantia de Direitos que, de acordo com o texto Constitucional, ficou estendida por assegurar a promoção de Direitos de Crianças e Adolescentes. Aquela passou a ser uma “ação solidária” a ser realizada com absoluta prioridade e dividida entre família, comunidade, sociedade em geral e Poder Público.

Confirma no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei 8069/90 que ressalta que todos devem priorizar os direitos da Infância e da Juventude, esforçando-se para coibir qualquer tipo de ameaça ou violação, como previsto no artigo 5º que regulamenta a parte final do artigo constitucional citado.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;

c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;

d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (LEI 8069/90 ECA 13 julho de 1990).

Cabem as instituições de ensino assegurar tanto a criança, quanto aos adolescentes condições para seu desenvolvimento educacional. Essa política de garantias se materializa num sistema articulado de princípios. A partir desse sistema faz-se necessário desenvolver nestes uma posição de engajamento, compromisso e participação, sensibilizando-o para sua dimensão humana.

A escola deve participar efetivamente desta tarefa na medida em que inclui nos conteúdos curriculares a dimensão humanística, técnica, científica e política-social, situando-o no mundo real e possibilitando o conhecimento necessário para compreender as mudanças que ocorrem ao seu redor.

Mas a escola apenas articula a relação com o mundo, ora protegendo um, ora protegendo outro, mas ela não é o próprio mundo. Ela é uma instituição que interpõe entre a família e o mundo, e é responsável pelo aprimoramento dos talentos, mas não pelo processo vital ou pela constituição política do mundo. Sua tarefa é cuidar para que essa novidade o aluno experimente o mundo tal qual ele se apresenta, cabendo ao professor conhecer as tramas do mundo e ser capaz de dizê-las aos outros. Como diz Hannah Arendt, “em face da criança, é como se ele fosse um representante de todos os habitantes adultos, apontando os detalhes e dizendo à criança: Isso é o nosso mundo” (ARENDT, 1992, p.239).

1.1 O PAPEL DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO

Sabe-se que a família é a primeira instância responsável pela socialização dos indivíduos. Sua estrutura triádica pai, mãe e filho, possibilitam o acesso da criança ao mundo social, bem como garante o sucesso. É com a família que aprendemos a nos identificar com o mundo exterior, querendo fazer parte dele, e assim participar ativamente de sua continuidade. É no espaço familiar que deparamos com as primeiras interdições e o respeito a uma autoridade.

A família é a primeira instituição que marca a passagem de ingresso ao primeiro pacto cultural que alicerçará os futuros pactos com outras instâncias sociais. A proibição do incesto corresponde à criação da lei da cultura. Ou seja, o indivíduo tem de renunciar à onipotência de seu desejo e ao princípio do prazer, adequando-se ao princípio da realidade. Segundo Rousseau: “a mais antiga de todas as sociedades, e a única natural, é a da família” (ROUSSEAU, s/d, p.22).

"A família constitui no processo de socialização primária, pois é o primeiro lugar de toda e qualquer educação e assegura, por isso, a ligação entre o afetivo e o cognitivo, assim como a transmissão dos valores e normas" (GIDDENS, 2005, p. 151). Ao trabalhar com os papéis da família temos que lembrar que não é só reprodução mais também econômica, cultural e escolar.

A educação familiar, sobretudo, pode estimular o amadurecimento emocional, como também bloqueá-lo. Aí reside uma das grandes responsabilidades dos pais na educação dos filhos. Essa é uma das funções básicas da família. Infelizmente, a relação entre pais e filhos está pontilhada de situações que revelam a repressão das emoções.

Certas manifestações de alegria, ira, tristeza e medo, ao invés de serem entendidas como necessidades e forma de aprendizado da manifestação das emoções, são vistos por alguns como comportamentos inadequados e prejudiciais. Situações como essas podem gerar modificações indesejáveis na conduta do indivíduo adulto, como inibição, dificuldade de comunicação interpessoal, insegurança, etc. Identificamos, muitas vezes, como consequência disso, pessoas que falseiam suas emoções, tentando expressar sentimentos que não têm.

Os laços familiares, se bem atados, vão permitir a construção da autoridade fundada no pacto da cultura e a identificação do sujeito com a ordem social. A função paterna é sinônima de limite. A obediência é o começo da liberdade no sentido em que ela lança as bases para a participação do sujeito na vida social.

Segundo estudos o desenvolvimento humano é compreendido não como decorrência de fatores isolados, que amadurecem, nem tampouco de fatores ambientais, que agem sobre o organismo controlando seu comportamento. Mas, sim, elas resultam da interação dialética do homem em seu meio sociocultural, através de trocas recíprocas, onde se estabelecem durante toda a vida, entre o

indivíduo e o meio, cada um influenciando sobre o outro. Isso quer dizer que ao mesmo tempo em que o ser humano transforma o seu meio, para atender suas necessidades básicas, transforma-se a si mesmo. Em outras palavras, quando o homem modifica o ambiente através de seu próprio comportamento, essa modificação vai influenciar seu comportamento futuro.

Durkheim é conhecido como sociólogo da ordem, pois toda a sua produção intelectual está voltada para as formas de integração e convívio social. Ou seja, preocupou-se em compreender quais os fatores que uniam e garantiam a interação das formações sociais.

Durkheim dedicou-se à educação, pois a considerava um veículo de socialização, uma ação dos mais velhos sobre os mais jovens, orientados para a criação de um ser social. Ele acreditava que a educação deveria desempenhar um duplo caráter. O primeiro seria a transmissão de um conteúdo comum a todos os indivíduos a fim de garantir a comunhão de princípios da convivência social. O segundo seria a formação de indivíduos para ocupar a diversidade de posições na divisão do trabalho. A função da educação, pois, seria criar o espírito coletivo nos seres individuais.

Na perspectiva da sociologia funcionalista Durkheim fala, que a respeito da família nuclear que é considerada uma unidade fundamental para a organização da sociedade, pois detém funções de transmitir às crianças as regras básicas da sociedade, bem como de proporcionar estabilidade emocional a seus membros.

Embora haja certa continuidade na transmissão de valores de pais para filhos, a verdade é que os jovens de hoje adquirem a sua identidade não só dentro, mas também fora da família, através de discursos variados que a escola e a família podem ou não integrar.

Todavia, a família não se pode demitir do seu papel e atribuir responsabilidades aos outros agentes educativos na formação dos seus descendentes. Deste modo a importância da pesquisa justifica-se, na assimilação da relação família/escola a uma relação de consumo tem sido verificada em vários lugares. Na perspectiva de Rousseau: “É a família, portanto, o primeiro modelo das sociedades políticas” (ROUSSEAU, s/d, p. 22).

É correto afirmar que a família é uma instituição que surge das necessidades naturais do ser humano onde ela se divide em: a família nuclear, constituída de pai, mãe e filhos, ainda são considerados como a menor unidade social, e a família consanguínea composta de tios, avós e netos que formará o tecido social.

O lar e a vida familiar podem proporcionar, através do seu ambiente físico e social, as condições necessárias ao desenvolvimento da personalidade da criança. As influências precoces são as mais duradouras e as mais estáveis; é na família que a criança encontra, em primeiro lugar, os modelos a serem imitados (modelo de identificação); existem momentos muito adequados para a realização de determinadas aquisições, conforme o desenvolvimento maturativo da criança, e isso acontecem enquanto ela está sob a custódia da família; a família é um contexto de socialização especialmente relevante para a criança.

Quero dizer com isso que, ao crescer, a criança, tornando-se capaz de desprender-se dos critérios paternos e maternos e adotar outros mais amplos, poderá encontrar outras fontes de legitimação da autoridade dos professores.

A criança, de acordo com (Rousseau, 2008), aprende através do exemplo, palavras e por práticas que observa nos adultos. Daí a necessidade dos pais se preocuparem com as normas de civilidade e boas maneiras de seus filhos que deveriam ser preparados para viver em sociedade e ser civilizados.

As representações e práticas relacionadas à família mudaram ao longo do tempo, na mesma velocidade em que se consolidavam as transformações sociais que aconteceram a partir do final da Idade Média até o final do século XIX. As mudanças têm se intensificado nas últimas décadas. Há quem diga que a família vive na atualidade uma crise de identidade, buscando redefinir seu papel na sociedade.

As transformações verificadas atualmente na sociedade brasileira apontam para mudanças não só na estrutura familiar, mas também para novos valores e novas atitudes que tornam a família mais democrática, onde não se verifica mais apenas a imposição da autoridade paterna e onde a mãe e os filhos não se submetem mais facilmente aos desejos imperativos do pai.

A própria amizade entre familiares, embora sejam várias espécies, parece ser em todos os casos como aquela entre pais e filhos, pois pais amam os filhos como partes de si mesmos, e os filhos amam os pais por terem originado deles. (ARISTÓTELES, 2009, p. 189)

1.2 O PAPEL DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO

A escola tem sido um dos objetos de estudo, por seu papel como agente de socialização secundária, que disputa com a família a transmissão da cultura do grupo às novas gerações, a escola adquiriu grande importância particularmente a partir do século XVII.

Constitui-se a chamada educação formal, que se diferencia da educação informal exatamente por seu caráter de intencionalidade, isto é, pelo fato de organizar a partir de certas diretrizes. A escola ainda é o espaço próprio da educação formal, apesar de todas as outras maneiras que se tem atualmente para se concretizar o processo educativo.

A escola, por exemplo, pode ser definida como lugar em que educamos, preservamos a memória histórica e socializamos o conhecimento produzido pelo homem para a humanidade. Também é o lugar de fazer amigos, de ter acesso a uma alimentação apropriada, de ter lazer adequado para o desenvolvimento e de adquirir conhecimento.

Esse espaço é um lugar que suporta ambiguidades, limites e possibilidades para lidar com os problemas do campo educacional. Mas não vamos nos iludir e acreditar que cabe apenas a escola a solução para as questões relativas à violência na vida em sociedade.

Seu objetivo maior é a formação do homem consciente, por meio de uma educação voltada para o desenvolvimento da autonomia intelectual, ao fortalecimento do pensamento crítico e ao comportamento ético, entende-se que o aluno precisa de liberdade para aprender.

O respeito à individualidade é visto como fundamental para o bom andamento do processo de aprendizagem do aluno. Assim, a vida organizacional da escola não deve ser vista de forma mecânica, ou seja, a escola não tem apenas a função de repassar conteúdos programáticos específicos: todos devem ser convidados e incentivados a participar do processo educativo e contribuir para a formação global

de seus alunos. Formar alunos capazes de pensar e ter autonomia para tomar decisões.

Nas escolas, existem regras aplicadas ao cotidiano, sobretudo aos alunos. Entre regras internas, as que mais suscitam reações variadas são as que se relacionam com a observância do horário das aulas, o uso do uniforme, a identificação e as práticas permitidas ou proibidas no espaço escolar.

Na perspectiva de Kant a escola no processo educacional deve proporcionar: “disciplinar quer dizer procurar impedir que a animalidade prejudique o caráter humano, tanto no indivíduo quanto na sociedade. Portanto a disciplina consiste em domar a selvageria” (KANT, 1996, p. 26). A educação pública instaura no educando a instrução e a formação moral e o exercício da liberdade/autonomia.

Nesse caso a autonomia pode ser definida como a capacidade de um indivíduo em orientar sua conduta de acordo com as leis e regras que ele dá a si mesmo, recorrendo para isso à razão. Poderia ser compreendido como o desenvolvimento da autonomia em alguns tipos específicos de conhecimento, competência ou capacidades que interessam à instituição escolar.

Nesse sentido, podemos concluir que, de fato, a autonomia nesses diversos campos de conhecimento exige que o aluno, por iniciativa própria ou por demanda escolar, procure imprimir a novos problemas ou desafios suas tentativas próprias de solução e procedimentos.

Embora saibamos que a socialização é um processo de modelagem dos sujeitos segundo as necessidades do ambiente a que pertencem os agentes sociais não são passivos. A troca continua de estímulos e mensagens entre os envolvidos, imprime ao convívio social uma relação de interdependência entre eles.

Nesse caso a criança e o adolescente aprendem a se relacionar, a introjetar noções de certo ou errado e a adquirir regras de convívio social desde que nascem. Eles são muito sensíveis a mudanças bruscas de suas rotinas, como a separação dos pais, a mudança de casa ou escola, a troca de uma professora que era querida, uma enfermidade. A essa altura podemos inferir a fundamental importância da família e da escola em atuarem em conjunto na educação dos nossos cidadãos. Sem essa interação o processo educacional da criança e do jovem pode ser muito

prejudicado. A troca de informações acerca da criança ou do adolescente e a sintonia entre o que está sendo ensinado aos mesmos em ambos os ambientes pode favorecer decisivamente para a formação do cidadão.

Para construirmos esta escola podemos buscar inspiração nas ideias de grandes educadores que dedicam suas vidas ao estudo e à exploração de formas de educação que tornam as pessoas mais livres, responsáveis, criativas e com autonomia de pensamento. Estes educadores são chamados pela pedagogia de “educadores progressistas”, o que significa que suas propostas educacionais apontam no sentido de uma ruptura com os valores criados e reforçados pela sociedade capitalista (submissão, competição, individualismo). No estímulo e reforço de valores que podem contribuir para fazermos nossa vida uma experiência diária de solidariedade e, talvez, coletivamente poderemos projetar uma nova ordem social. Estes valores são cooperação, a criatividade, a tolerância, o respeito ao outro.

Freire, (1996) em sua análise, menciona alguns itens considerados fundamentais para a prática docente, enquanto instiga o leitor a criticá-lo e acrescentar a seu trabalho outros pontos importantes. Inicia afirmando que "não há docência sem discência", pois "quem forma se forma e reforma ao formar, e quem é formado forma-se e forma ao ser formado".

É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém. Por isso é que, do ponto de vista gramatical, o verbo ensinar é um verbo transitivo-relativo. Verbo que pede um objeto direto - alguma coisa - e um objeto indireto - a alguém. Do ponto de vista democrático em que me situo, mas também do ponto de vista da radicalidade metafísica em que me coloco e de que decorre minha compreensão do homem e da mulher como seres históricos e inacabados e sobre que se funda a minha inteligência do processo de conhecer, ensinar é algo mais que um verbo transitivo-relativo. Ensinar inexiste sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar (FREIRE, 1996, p. 12).

Dessa forma, deixa claro que o ensino não depende exclusivamente do professor, assim como aprendizagem não é algo apenas de aluno. Do mesmo modo que ensinar não é transferir conhecimento o professor precisa estar disposto a ouvir, a dialogar, a fazer de suas aulas momentos de liberdade para falar, debater e ser aberto para compreender o querer de seus alunos.

O educador deve reforçar a capacidade crítica do educando o pensar certo respeita os saberes dos educando. Freire no capítulo 2, nos faz conscientes do inacabamento como docente e também como seres humanos. “Saber que devo respeitar a autonomia, a identidade e a dignidade do educando e na prática procurar a coerência com este saber” (FREIRE, 1996, p. 36).

Como educador, devo estar constantemente advertido com relação a este respeito que implica igualmente o que devo ter por mim mesmo. Não faz mal repetir afirmação várias vezes feitas neste texto - o inacabamento de que nos tornamos conscientes nos fez seres éticos. O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros (FREIRE, 1996, p. 34-35).

Para tanto, é preciso querer bem, gostar do trabalho e do educando, ensinar é uma especificidade humana. Paulo Freire aborda no capítulo 3 a questão da generosidade o clima de respeito que nasce das relações justas, serias, humildes, generosa, em que a autoridade docente e as liberdades dos alunos, questionam a participação dos pais diante escolha do futuro de seus filhos.

A liberdade amadurece no confronto com outras liberdades, na defesa de seus direitos em face da autoridade dos pais, do professor, do estado. É claro que, nem sempre, a liberdade do adolescente faz a melhor decisão com relação a seu amanhã. É indispensável que os pais tomem parte das discussões com os filhos em torno desse amanhã. Não podem nem devem omitir-se, mas precisam saber e assumir, que o futuro de seus filhos é de seus filhos e não seu. É preferível, para mim, reforçar o direito que tem a liberdade de decidir, mesmo correndo o risco de não acertar, a seguir a decisão dos pais. É decidindo que se aprende a decidir. Não posso aprender a ser eu mesmo se não decido nunca, porque há sempre a sabedoria e a sensatez de meu pai e minha mãe a decidir por mim (FREIRE, 1996, p. 66).

No capítulo apresentado fez-se uma abordagem de como a família e a escola são importante na formação do aluno e especificamente no ambiente escolar. Ao considerar fundamental que o professor seja portador de uma formação política tornam-se indispensável o conhecimento da realidade, que permite compreender o que é relevante para ser ensinado e como deve ser feito tendo em vista os fins educativos articulados com a família. Precisamente porque nos tornamos seres capazes de observar, comparar, avaliar, escolher, decidir, romper e optar.

No próximo capítulo estaremos abordando a questão da violência dentro do cotidiano de nossas escolas, e como docente pode contribuir tanto na prevenção quanto na mudança.

2 VIOLÊNCIA E INDISCIPLINA

Procurando uma definição para a violência, pode se dizer que ela significa um acontecimento social de abrangência complexa, que precisa de atenção, da análise de seu discurso, de reflexão sobre suas contradições e de políticas públicas para enfrentá-la. Para pensarmos a violência devemos buscar nossas histórias de desigualdade, da exclusão pela condição social, de gênero, de etnia e por outros fatores ligados à estrutura social (de discriminações sociais e de privilégios a alguns poucos escolhidos).

O que vemos na relação da escola com a sociedade é que ela esconde a falta de opções de inclusões sociais e de perspectiva para uma boa parte da população mais carente, que encontra na escola a única possibilidade de socialização. A violência está presente em todas as classes sociais. A sociedade coloca-nos o desafio de pensar sobre o lugar social da violência. A quem ela dá voz e a quem ela silencia.

O mais forte nunca é bastante forte para ser sempre o senhor, se não transforma sua força em direito e a obediência em dever. Daí o direito do mais forte, direito tomado ironicamente na aparência e realmente estabelecido em princípio. Mas ninguém haverá de jamais essa palavra? A força é um poder físico; não vejo que a moralidade pode resultar de seus efeitos. Ceder à força é um ato de necessidade, não de vontade; no máximo, é um ato de prudência (ROUSSEAU, 2008, p.18).

Pelas razões acima, podemos constatar que vivemos um mundo em que uns optam por atos de violência como estilo de vida e outros não, e deste modo sobrevivem.

A violência urbana é um fenômeno global, mas as suas manifestações variam de lugar para lugar. Essa violência invadiu as escolas, por isso, temos visto assassinatos e agressões a professores, depredação do patrimônio escolar e tráfico de drogas dentro das escolas. Hoje, a escola recebe visitas de policiais dentro das salas de aula, tem grades nas portas e janelas, câmeras de segurança, usados a favor de uma proposta de segurança e intimidação da violência. Alguns alunos até descrevem a escola como presídios, onde eles permanecem guardados sob proteção policial.

Durkheim (1858-1917) é um dos representantes do pensamento conservador onde sua teoria faz defesa da ordem social dominante. Não menciona a necessidade de mudanças, reformas ou muito menos revoluções. Segundo sua linha de pensamento, a escola, assim como as demais instituições sociais, tem a função

de imprimir sobre as novas gerações valores morais e disciplinadores que visam à perpetuação da sociedade tal como ele esta organizada quanto à ordem e no respeito aos poderes dominantes.

Durkheim, (1974) trata a sociedade como se fosse uma entidade externa aos indivíduos, acima dos conflitos sociais, das lutas por interesses diversos. A sociedade é assim entendida como um corpo harmônico, como valores e à qual si resta à adaptação, ou seja, um corpo humano, se um dos seus membros não estiver funcionando corretamente ele estará num estado de anomia, (doente). Para ele, todos os indivíduos e instituições têm uma função a cumprir, que uma vez, bem desempenhada contribuirá para o progresso e à harmonia social. Caso contrário essa sociedade ficará comprometida.

Podemos fazer uma ligação com Foucault, (2002) quando ele divide o reino da anomalia em três definições. A primeira como monstro humano que é o indivíduo que destrói todas as regras, tanto da sociedade como da natureza, de uma só vez. A segunda definição é o indivíduo a ser corrigido, ou seja, a pessoa que não consegue se adaptar aos sistemas da sociedade algo que ocorre com certa frequência. E a terceira é a criança masturbadora que é um fato corrente a todos. Seria a questão do segredo e das proibições sexuais, pequenas faltas que levariam a um possível indivíduo criminoso.

Foucault chama a atenção para a monstruosidade, pois ela é o ligeiro desvio. Um desvio que acarreta a criminalidade, e considerada como uma monstruosidade de conduta. Esse problema é que será alvo de tantas discussões entre médicos e juristas. Esse aspecto é importante para entendermos porque certos comportamentos considerados desviantes podem ser tão fortemente combatidos: eles podem abalar a ordem estabelecida até mesmo questionar a própria estrutura de poder.

Segundo o grau de obrigatoriedade os padrões de comportamento podem ser definidos por usos, costumes, moral e lei. Pense numa escala crescente em termos de constrangimento ou da força que é imposta ao indivíduo, vamos dos costumes às leis, sendo essa forma a que mais se aproxima da obrigação. Todos são obrigados a respeitar certas leis (Coercitivo, Coletivo ou geral e Exterior ao indivíduo), entretanto, entendemos que nem todas, caso sejam desrespeitadas, implicam em danos morais sérios para o grupo social.

Os padrões sociais de comportamento são constituídos historicamente ao longo do desenvolvimento da sociedade, de acordo com o contexto de cada época. As regras, normas e valores sociais não são estáticos. Mas é importante lembrar que não deixam de existir em momento algum; apenas são substituímos por outros, mas adequados à conjuntura do momento.

É através do controle social que a sociedade, por meio de seus agentes socializadores, consegue pressionar seus membros no sentido de apresentarem o comportamento esperado de acordo com os papéis que cada indivíduo desempenha, sempre no sentido de reforçar as atitudes e os valores permitidos e aceitos socialmente. Nesse caso chamamos isso de padrão cultural essa norma de comportamento estabelecida pela sociedade. Os indivíduos normalmente agem de acordo com os padrões estabelecidos pela sociedade em que vivem. Através da persuasão ou a coerção serão os meios utilizados na maioria das vezes para exercer o controle sobre os membros da sociedade, reforçando as atitudes “adequadas”.

É importante lembrar que esses comportamentos ditos adequados estão fortemente relacionados ao que se entende por papel social, que de certa maneira amarra os sistemas de conduta, dando-lhes legitimidade e garantindo a estabilidade social. Na medida em que o indivíduo não consiga se adequar e/ou não aceite o(s) papel (eis) que lhe foi (foram) atribuído(s), pode reagir de forma a desestabilizar o sistema social como um todo provisório ou permanente.

Entretanto, considerar qualquer comportamento que se desvie minimamente das normas e regras socialmente aceitas não significa que estejamos necessariamente falando de um comportamento desviante. Ao analisar o ambiente escolar encontramos jovens que apresentam costumes às vezes muito diferentes dos da população adulta ou até mesmo de outros jovens; por isso, alguns autores falam de uma subcultura juvenil. Numa subcultura juvenil geralmente encontramos os mesmos elementos da cultura, mas com seus símbolos, suas normas, sanções e seus valores sociais particulares. Nesse caso processo de subculturas ou pequenos grupos que surgem, não afetam a sociedade.

Segundo Hannah Arendt, a pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto de igualdade e diferença. Por meio do discurso e da ação, o homem pode distinguir-se dos demais, pois são atividades cuja existência depende da iniciativa própria de cada indivíduo. A ação é como uma marca do agente, a atividade que mais plenamente caracteriza o sujeito; sem ela deixa-se de ser humano, pois a ação é o meio adequado para viver entre os homens (REVISTA DISCUTINDO FILOSOFIA, Nº7, p. 39).

Rousseau diz que “cada indivíduo pode como homem, ter uma vontade particular contrária ou dessemelhante da vontade geral que possui como cidadão. Seu interesse particular pode falar-lhe de maneira totalmente diversa daquele do interesse comum” (ROUSSEAU, 2008, p.30).

Para nos auxiliar na reflexão a respeito da função disciplinadora da escola, podemos recorrer ideias do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984). Este pensador realizou estudos comparativos entre algumas instituições como prisões, conventos, quartéis e escolas, buscando desvelar suas semelhanças no que se refere aos aspectos de organização e controle. Para ele, mais importante do que um poder centralizador e visível, são os pequenos poderes que embarcam todo o espaço social, e dos quais não conseguimos escapar, porque são dispersos. É o espaço físico, o mobiliário, as regras, os olhares vigilantes, as ameaças e as punições agindo sempre no sentido de controlar nossos corpos e nossas consciências, de nos fazermos, úteis, dóceis, treinados para a obediência.

E para se ver formado esse tipo de indivíduo monstruoso, ele deve ter algumas características que seriam “comuns” a todos os criminosos de tipo monstruosos analisados. Desse modo, a busca por uma causa única que explique a “anormalidade” será substituída por uma “metassomatização” representada pela idéia de hereditariedade. Metassomatização, pois, funciona como um “corpo fantástico” que possibilita a explicação de qualquer tipo de desvio. Primeiramente a questão da infantibildada tanto moral quanto intelectual, uma pessoa que não tem noção de como seus atos podem prejudicar os que estão a sua volta. Segundo ponto a questão da hereditariedade para o seu estado de anormalidade em que se levanta a hipótese de que uma doença nos seus antecedentes pode provocar inúmeros distúrbios que levam a anormalidade na sua prole futura. Dessa forma se estabelece regras e normas para se deduzir se um indivíduo é anormal ou não. Técnicas estas que procuram estigmas físicos nos indivíduos analisados para de certa forma comprovar a sua anormalidade (FOUCAULT, 2002, p. 399 e 405).

A indisciplina escolar confunde-se com uma possível indisciplina social disseminada, a desagregação completa de valores que mantêm uma sociedade pactuada em torno das leis e regulamentos. Falar alto, correr, rir, brincar, entrar e

sair de lugares sem permissão, questionar uma decisão da autoridade são exemplares mais comuns do que chamamos indisciplina dos alunos. Parece que o modelo de controle do tempo e do espaço escolar encontra-se em crise: em resposta a ele há a resistência dos alunos. Fala-se da indisciplina dos alunos como quebras de regras ou de modelos de conduta que foram escritos e atuam de forma naturalizada, acima de qualquer suspeita, e dispensam a revisão de nossas práticas de controle para problematizá-las.

É incontável as micro penalidades que se aplicam aos alunos em nossas escolas. Elas dizem respeito a punições que se encontram na ordem do cotidiano; “micro penalidades do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas) da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseira, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes incorretas, gestos não conformes, sujeiras), da sexualidade (imodéstia, indecência)” (FOUCAULT, 2008, p.149). Quase invisíveis, compõem uma obra ao mesmo tempo anônima e pública, cujo objetivo é disciplinar ininterruptamente o convívio; no entanto não se institui seu significado, são simplesmente reproduzidas de maneira profética.

Torna-se necessário construir uma reflexão sobre a possibilidade de a violência estar disseminada também em outras práticas no interior da escola que sequer são percebidas como alimento cotidiano para o convívio cada vez menos povoados por valores de respeito, tolerância e solidariedade. Valores estes com os quais se poderia orientar a educação para a valorização da vida. Certamente não se trata apenas de constatar sistematicamente os episódios de violência e lamentar, transferindo responsabilidades para outros. Os educadores têm a responsabilidade de atuar de modo estratégico, investigando as possíveis causas que transformam o ambiente escolar em local propício ao florescimento de práticas violentas, práticas que desrespeitam direitos, que não promovem a dignidade humana.

Nossas escolas precisam ser mais do que um lugar para aprender os conteúdos de certas disciplinas; elas devem ser espaços para a construção da cidadania de alunos, professores, pais e comunidade. Todos juntos são capazes de aprender formas para tratar com responsabilidade dos problemas e, assim, nos

reformularmos como educadores, investigando nossas próprias práticas e se, com estas, estamos garantindo a valorização da dignidade e da vida de todos.

2.1 ÉTICA E VIOLÊNCIA

Quando acompanhamos a história das ideias éticas, desde a antiguidade até nossos dias, podemos perceber que em seu centro, encontra-se o problema da violência e dos meios para evitá-la e controlá-la. Em diferentes sociedades encontramos os conjuntos de valores éticos como padrões de conduta, de relações intersubjetivas e interpessoais, de comportamentos sociais que pudessem garantir a segurança física e psíquica de seus membros e a conservação do grupo social.

Para Canivez (1991, p. 27): “a educação do cidadão deve difundir esse espírito de obediência livremente consentida às leis e o sentimento de igualdade que lhe está intimamente ligado”. A educação reflexiva e dialógica deve proporcionar essa adesão livre as normas e valores numa perspectiva de cidadania.

Independentemente das formações sociais e culturais, toda moral apresenta-se a nós como um sistema de regras de conduta. Mas todas as técnicas, dentro dos sistemas, são igualmente rígidas, recorrendo invariavelmente ao emprego de como o sujeito deve agir-se em determinadas circunstâncias. As regras morais são investidas de uma autoridade especial em virtude da qual são obedecidas, porque elas ordenam.

Assim, para Hannah Arendt, a autoridade só poderá se fundar, em um mundo laico, se puder “renovar o fio rompido da tradição e restaurar, mediante a fundamentação de novos organismos políticos, aquilo que durante séculos conferiu aos negócios humanos, certa medida de dignidade e grandeza” (ARENDT, 1992, p.185).

A autoridade assenta-se em uma força exterior à própria atualidade do homem, e não na razão comum ou no poder de quem governa. Ela explica uma hierarquia cuja legitimidade é reconhecida por explicitar essa exterioridade, uma além dela mesma.

Na parte II do livro *Ética a Nicômaco*, Aristóteles trata da virtude que é uma qualidade potencial que só se realiza quando se age com justiça. A virtude não é

um dom e pode ser adquirida mediante o ensino. Para isto o homem precisa ser educado, justo, comedido e razoável. Ela opõe-se ao mal e possui um valor mediador que interesse a Aristóteles. A boa legislação torna bons os cidadãos por meio dos hábitos. As virtudes e os hábitos tornam os homens justos ou não. Para Aristóteles, justiça é a disposição de caráter que torna as pessoas propensas a fazer o que é justo, desejando e agindo. Quando se conhece a boa condição, a má também se torna conhecida (livro V).

Como podemos observar o bem e o dever que são duas características sobre as quais se considera proveitoso insistir particularmente. “Os bens têm sido divididos em três classes, alguns foram descritos como exteriores, e outros como relativos à alma ou ao corpo” (ARISTÓTELES, 2009, p. 28). Devemos esforçar-nos também para demonstrar que todo ato moral apresenta essas características, ainda que possam estar combinados em proporções variáveis. Mas fora desta moral comum e geral, existe uma multiplicidade de outras.

Dessa perspectiva, os juízos morais de valor são normativos, isto é enunciam normas que dizem como devem ser os bons sentimentos, as boas intenções e as boas ações, e como devem ser as decisões e ações livres. São as normas que determinam o dever ser de nossos sentimentos e de nossos atos. O dever e o interesse obrigam igualmente as duas partes contratantes a se auxiliarem mutuamente, e os próprios homens devem procurar reunir, sob essa dupla relação, todas as vantagens que dessa dela relação dependem. Se qualquer um se recusa obedecer à vontade geral, todo o corpo o força à vontade (ROUSSEAU, livro VII).

São por juízos que enunciam obrigações e avaliam intenções e ações segundo o critério do correto e do incorreto.

Cada homem julga bem as coisas que conhece, e desses assuntos ele é o juiz. Assim, o homem instruído a respeito de um assunto é bom juiz. Assim, o homem instruído a respeito de um assunto, e o homem recebeu instrução a respeito de todas as coisas é bom juiz em geral (ARISTÓTELES, 2009, p.19).

Os juízos morais de valor nos dizem o que são o bem, o mal, a liberdade, a felicidade. Os juízos morais normativos nos dizem que sentimentos, intenções, atos de comportamentos devemos ter ou fazer para agirmos livremente e para

alcançarmos o bem e a felicidade. Enunciam também que atos, sentimentos intenções e comportamentos são condenáveis ou incorretos do ponto de vista moral.

Outra crença que se harmoniza com a nossa concepção é a de que o homem feliz vive bem age bem, visto que definimos a felicidade como uma espécie de boa vida e boa ação. Além disso, todas as características que se costuma buscar na felicidade também parecem incluir-se na nossa definição. Com efeito, algumas pessoas identificam a felicidade com a virtude, outras com a sabedoria prática, outras com uma espécie de sabedoria filosófica, e outras, ainda, a identificam com tudo isso, ou uma delas, acompanhadas do prazer, ou sem que lhe falte o prazer, e finalmente outras incluem a prosperidade exterior (ARISTÓTELES, 2009, p. 29).

Podemos analisar dentro da história da humanidade que durante séculos, a vida moral e a vida religiosa estiveram intimamente ligadas e absolutamente confundidas. Ainda hoje, somos obrigados a reconhecer que esta íntima união subsiste na maior parte das consciências das pessoas. É evidente que a vida moral não conseguiu e não conseguirá jamais despojar-se de todas as características que tem em comum com a vida religiosa.

Frequentemente, não notamos a origem cultural dos valores morais, do senso moral e da consciência moral porque somos educados neles e para eles, como se fossem naturais, existentes em si e por si mesmo. Para garantir a manutenção dos padrões morais através do tempo e sua continuidade de geração a geração, as sociedades tendem a naturalizá-los. A naturalização da existência moral esconde, portanto, a essência da ética: o fato de ela ser criação histórico-cultural. No campo ético é constituído por dois polos internamente relacionados: agente ou o sujeito moral e os valores morais ou as virtudes éticas.

No livro IV de Aristóteles são descritas certas virtudes éticas que o homem deve possuir. A generosidade é o meio termo em relação à riqueza, assim como a magnificência. Já a ambição é o desejo por honra. A calma é o meio termo para a cólera. Do ponto de vista dos valores, a ética exprime a maneira como uma cultura e uma sociedade definem para si mesmas as que julgam ser o mal e o vício, a violência e o crime e, como contrapartida, o que consideram ser o bem e a virtude, a brandura e o mérito. Independentemente do conteúdo e da forma que cada cultura lhe dá, todas as culturas consideram virtude algo que é o melhor como sentimento e

como ação; a virtude é a excelência, a realização perfeita de um modo de ser, sentir e agir.

Aristóteles diz que a virtude também se divide em espécies, de acordo com subdivisão, pois dizemos que algumas virtudes são intelectuais e outras morais.

Há duas espécies de virtudes, a intelectual e a moral. A virtude intelectual é o resultado do ensino, e por isso precisam de experiência e tempo; a virtude moral é adquirida em resultado do hábito, elas não surgem em nós por natureza, mas as adquirimos pelo exercício, como acontece com as artes, desse modo temos bons músicos e maus. (ARISTÓTELES, 2009, p.40).

Toda virtude pode se construída ou destruída pelas pessoas através das mesmas causas. São nossos atos que praticamos no nosso cotidiano, com as relações com os homens, que nos fazem a ser justos ou injustos. Desse modo, faz necessário estarmos atento para as qualidades de nossas atitudes; tudo depende delas, desde que nascemos existem a necessidade de praticarmos atitudes virtuosas, são de grande importância na vida do indivíduo, ou seja, decisiva.

Em uma palavra: nossas disposições morais nascem de atividades semelhantes a elas. É por esta razão que devemos atentar a qualidade dos atos que praticamos, pois nossas disposições morais correspondem às diferenças entre nossas atividades. E não será diferença será desprezível a diferença se, desde a nossa infância, nos habituar desta ou daquela maneira. Ao contrário, terá imensa importância, ou seja, será decisiva. (ARISTÓTELES, 2009, p.41).

O nosso estudo, não interessa tanto investigar o que é a virtude, mas, estudar a virtude para tornar-nos bons. Mas consideremos que em nossa natureza o excesso e a falta são destrutivos.

Quando acompanhamos a história das ideias éticas, desde a antiguidade até nossos dias, podemos perceber que seu centro, encontra-se o problema da violência e dos meios para evitá-la e controlá-la. Diferentes formações sociais e culturais instituíram conjuntos de valores éticos como padrões de conduta, de relações intersubjetivas e interpessoais, de comportamentos sociais que pudessem garantir a segurança física e psíquica de seus membros e a conservação do grupo social (CHAUÍ, 1994, p.336).

Evidentemente as várias culturas e sociedades não definiram nem definem a violência da mesma maneira, ao contrário, dão-lhe conteúdos diferentes, segundo os tempos e lugares. Quando uma cultura e uma sociedade definem o que entendem por mal, crime e vício definem aquilo que julgam violência contra um indivíduo ou contra o grupo.

Fundamentalmente, a violência é percebida como exercício da força física e da coação psíquica para obrigar alguém a fazer alguma coisa contrária aos seus interesses e desejos, contrária ao seu corpo e a sua consciência, causando-lhe danos profundos e irreparáveis como morte, a loucura, a auto- agressão ou agressão aos outros.

Segundo (Rousseau, 2008) quando uma dessas associações se apresente tão grande a ponto de sobrepular todas as outras não mais terão por resultado uma soma de pequenas diferenças, porém uma diferença única; deixa de haver então a vontade geral, e a opinião vencedora é tão somente uma opinião particular (capítulo III).

Em nossa cultura, a violência é entendida como violação da integridade física e psíquica, da dignidade humana de alguém. Exemplos: assassinato, a tortura, a injustiça, a mentira, o estupro, a calúnia, a má-fé, o roubo são considerados violência, imoralidade e crime.

Também consideramos violência à profanação das coisas sagradas e a discriminação social e política de pessoas por causa de crenças. Da mesma maneira, é violência prender, torturar e matar pessoas por causa de suas convicções políticas ou por causa de suas preferências sexuais.

Nas escolas, como em qualquer outro espaço institucional, existem comportamentos que são negativamente sancionados, mediante punições específicas, conforme as transgressões disciplinares. Na medida em que as punições são, na maioria das vezes, estipuladas de forma arbitrária, a escola pratica um exercício da violência simbólica. Assim, a violência, seria exercida pelo uso de símbolos de poder que não necessitam do recurso da força física, nem de armas, nem de gritos, mas que silenciam protestos. Nesse caso não seria somente entre alunos, mas nas relações entre eles e os professores.

Há escolas que adotam advertências alternativas, que podem ser tão mais severas que habitualmente utilizados, pois podem levar a situações de humilhação e constrangimento. Vários alunos reclamam da falta de critérios e de abusos de poder por parte da escola na imposição de punições. Do ponto de vista ético, somos pessoas e não podemos ser tratados como coisas, como inertes, irracionais,

destituídos de linguagem e de liberdade. Os valores éticos se oferecem, portanto, como expressão e garantia de nossa condição de seres humanos ou sujeitos racionais e agentes livres, proibindo moralmente a violência.

Ao definir e afastar formas de violência, uma cultura e uma sociedade nos faz perceber que a moral pressupõe uma distinção fundamental: aquela entre o permitido e o proibido. A ética é normativa exatamente por isso, uma vez que suas normas determinam permissões e proibições e visam impor limites e controles ao risco permanente da violência.

2.2 O PAPEL DO EDUCADOR SOCIAL NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

A delegação de autoridade dos pais para a escola é essencial para uma primeira aceitação, por parte do aluno, da hierarquia professor/aluno e creio que permanecerá importante durante todo o ensino fundamental e médio. Esperamos que pouco a pouco a escola conseguisse impor-se como lugar de autoridade, em razão de sua função social e de suas próprias qualidades, pois a escola é vista como possuidora de algo valioso, a cultura.

A escola não pode trabalhar valor de qualquer maneira, pois eles são construídos na experiência do cotidiano que ela estabelece com o mundo. Essa construção depende diretamente da qualidade das relações interpessoais estabelecidas entre o indivíduo e a fonte dos valores na sua vida.

Então podemos dizer que o do educador tem a responsabilidade de encontrar e proporcionar a oportunidade para que seus alunos façam uma reflexão sobre valores e virtudes vinculados a justiça, à cidadania e à busca virtuosa da felicidade. Assim, valores calcados na violência, no preconceito e na intolerância devem ser rechaçados. E, a partir desses pontos, os alunos possam construir valores universalmente desejáveis, estes devem estar implícitos nos conteúdos abordados nas diversas disciplinas da grade curricular e nas relações interpessoais que predominam no interior da escola.

Numa visão crítica mostra que a escola de maneira geral, seus conteúdos, estão dissociados da realidade e do cotidiano do aluno. Além de provocar a falta de interesse e comprometer o respeito dos estudantes pelos professores, é uma das causas para o grande problema de indisciplina que hoje assola as escolas. São

conteúdos que o aluno não entende a função para o seu dia a dia, até mesmo para sua vida e com isso aumenta a probabilidade de apatia ou manifestações das diversas formas de violência dentro das salas de aula.

Outra questão a ser repensada dentro do cotidiano das salas de aulas, que temos que superar é a pedagogia da resposta pela pedagogia da pergunta e acabar com o terror da prova do autoritarismo da sala de aula, pois o ser humano encontra grande dificuldade em administrar as situações em que se instaura o poder. O professor não deve se valer do poder para gerar medo em seus alunos, mas impor-se pela sua competência teórica – metodológica.

O professor deve estabelecer um clima de tranquilidade, para que o aprender seja percebido como algo prazeroso e que permita que os seus alunos analisem, critiquem e argumentem sobre suas idéias, pois só assim a aprendizagem acontece. O exercício do magistério exige, pelo menos, três habilidades: 1º domínio do conteúdo a ser ministrado, 2º domínio de técnicas didáticas - pedagógicas e o 3º o professor se conhecer como pessoa. O professor não é nenhum super-homem, ou extraterrestre, ou deus, para acreditar-se superior aos demais, principalmente a seus alunos; claro que o professor é extremamente importante só que ele tem que ter um democrático relacionamento com o aluno para permitir o respeito e criar a identidade do aluno.

O professor deve trabalhar com uma análise crítica contextualizada e politicamente correta da realidade social em que está inserido e na qual, estão inseridos seus alunos. A linguagem técnica faz com que o aluno não consiga tirar dúvidas, elaborar perguntas, questionar, com o medo de parecer medíocre e às vezes solicitamos que alunos exponham assuntos que nós deveríamos expor e sufocamos a capacidade crítica dos alunos.

Olhando essas questões, acredito que os professores devem ficar atentos para buscar trabalhar conteúdos que atendam de maneira mais significativa aos interesses dos alunos. Nesse sentido, a minha proposta é que incorporem nas aulas os assuntos que fazem parte dos temas transversais na educação que estão voltados aos cotidianos dos alunos, como por exemplo: saúde, sexualidade, o meio ambiente, a afetividade e principalmente, a ética.

Essa proposta possibilita mudança nas relações interpessoais na escola, onde os alunos serão atraídos por conteúdos mais interessantes, trazidos pelos professores, desse modo a escola será valorizada e respeitada. Temos que incluir novos conteúdos no currículo da escola, mais continuar presos a um modelo de transmissão do conhecimento que serão cobrados nas avaliações, pois a escola necessita trabalhar de maneira mais interessante na construção de uma nova realidade escolar que pressupõe alunos ativos, que participem de maneira intensa e reflexiva das aulas. Para isso a metodologia das aulas tem que ser mais dinâmica, promovendo discussões em grupo e solicitando reflexões críticas sobre os conteúdos abordados.

O conhecimento escolar é dinâmico e não uma mera simplificação do conhecimento científico, que se adequaria à faixa etária e aos interesses dos alunos, o conhecimento escolar é resultado de fato, conceitos, e generalizações, sendo, portanto, o objeto de trabalho do professor (VEIGA, 1995, p. 27).

Para isso promover o diálogo e a reflexão, em aulas criativas e dinâmicas, professores poderão obter maior admiração por partes dos estudantes. Com tudo isso, esperamos que, os alunos possam construir sua inteligência e sua personalidade pelo diálogo estabelecido com seus colegas e professores no seu dia a dia.

Segundo Patrice Canivez do papel do professor consiste: “na responsabilidade pela instrução que é uma função entre outras; só exerce um rápido controle global sobre a vida instituição a qual pode ser regida, nos últimos anos do curso escolar, pela vontade geral” (CANIVEZ, 1991, p. 38). O processo de formação de educação leva tempo principalmente no que tange aos valores éticos morais, destaca-se a necessidade de inculcar os hábitos de pensar e praticar o bem comum, a partir da obediência as leis, normas e regras.

É importantíssimo que pais, professores, funcionários e a direção da escola respeitem o princípio dos próprios valores que estão sendo trabalhados para romper modelo cultural que a mídia vem naturalizando. Pode-se almejar a construção de modelos sociais mais cooperativos, baseada em relações de respeito mútuo, solidariedade, justiça e respeito à diversidade.

Essa coerência permite que ao mesmo tempo em que estão construindo seus valores e integrando na sua personalidade de alunos e a admiração que podem

construir por seus professores, permitirão a construção de autoridades mais democráticas, em contraposição às autoridades autoritárias das instituições escolares.

A autoridade, relativa ao mais definido desses fenômenos e, portanto, como termo, objeto de frequente abuso, pode ser aplicado às pessoas-existe a autoridade pessoal, como exemplo, na relação entre pai e filho, entre professor e aluno, espaço público/espço privado, os lugares já estabelecidos por instituições políticas ou pode ser aplicado a cargos, como por exemplo, ao senado romano ou nos cargos hierárquicos da igreja (ARENDT, 1985, p. 24).

A idéia do que seja um comportamento desviante deve ser relativizada isto é, analisada a partir de valores da própria sociedade que estabeleceu o padrão a ser seguido, e não a partir de valores e conceitos de fora, de outra sociedade. O que é considerar um desvio para um grupo social pode não ser para o outro.

O papel da educação com relação aos comportamentos desviantes muitas vezes é exatamente exercer a reeducação, ou melhor, realizar uma ação corretiva. Cumpre bem o seu papel quando consegue transmitir às gerações mais novas a noção do que é e do que não é socialmente aceitável. Daí se pode retomar a idéia da escola como sendo uma instituição de controle social.

Buscar um sentido de organização institucional da escola poderá revelar o quanto estamos presos a estruturas que não atendem ao ideal de uma educação democrática e as necessidades dos alunos, dos professores e das comunidades. Nosso modelo escolar, calcado na transmissão de conhecimentos, em práticas que valorizam a uniformização de personalidade, que desprezam as diferenças entre os alunos, tratando-os todos como seres produzidos em série. A nossa tarefa é de formar as novas gerações impõe a revisão desse modelo.

Alterar nosso modelo escolar exige conceber a escola como espaço de produção de conhecimento; não do conhecimento acadêmico e científico, mas a produção de saberes que dizem respeito às situações específicas de pessoas e problemas. Mudar nosso modelo escolar exige o resgate da autonomia profissional que foi roubada dos educadores, mantendo-se em completo estado de heteronômia e fazendo-os silenciar até o limite da perda de sentido de seu fazer.

Essa autonomia só pode ser buscada no compromisso ético de produzir uma educação cuja qualidade atenda necessidades de aprendizagem, referenciadas nos problemas concretos dos alunos, da comunidade e dos educadores. Desse modo, o

ato de educar impõe a tarefa de abrigar e proteger o mundo velho e a novidade, duplamente.

Como diz Hannah Arendt, “a educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse à renovação e a vida dos novos” (ARENDT, 1992, p. 247). É também, onde se desenvolve o amor pelas crianças, se queremos que participem dos enredos do mundo ou se arrancaremos de suas mãos o futuro que elas, sem saber, estão a ofertar.

A violência escolar segundo a pesquisa realizada com alunos e professores em 2011, mostra que é um problema concreto, ainda sem uma definição consensual, e para o qual não pode haver solução única, prescrição ou método pratica que garanta êxito. Ela se traduz muitas vezes em uma serie de comportamentos que inicialmente é identificada como indisciplina, figurando hoje como maior dificuldade enfrentada por professores e diretores nas escolas. As causas de um comportamento indisciplinado podem ter diferentes origens.

Diante dessa situação, buscar soluções que nos possibilitem reconstruir nossas relações no interior das escolas e encarar as dificuldades como ponto de partida para as mudanças necessárias ao resgate de um convívio que valorize a vida. Não podemos nos tornar reféns de nossas incapacidades para enfrentar os problemas. Ao contrario, devem-se mobilizar as qualidades de cada um para a construção de planos para enfrentá-los, contando com a participação de todos: professores, administradores, alunos, pais e a comunidade.

Os educadores têm a responsabilidade de atuar de modos estratégicos, investigando as possíveis causas que transformam o ambiente escolar em local propicio ao florescimento de praticas violentas, praticas que desrespeitam direito, que promovem a dignidade humana.

Uma das constatações mais recorrentes entre educadores é a de que não estão preparados para lidar com a violência que se manifesta em nossas escolas. Isso já é o inicio da solução, pois reconhecem a necessidade de transformar a pratica.

A idéia básica para transformar a prática é introduzir modificações institucionais que irão adaptando todo o sistema. Essas modificações serão introduzidas com base na participação coletiva e grupal (curso de capacitação, assembléias, reuniões, eleições, conselhos).

Nossas escolas precisam ser mais que um lugar para aprender os conteúdos de certas disciplinas: elas devem ser espaços para a construção das cidadanias de alunos, professores, administradores, pais e comunidade. Juntos, somos capazes de aprender formas para tratar com responsabilidade dos problemas e, assim, nos reformularmos como educadores, investigando nossas praticas e se, com estas, estamos garantindo a valorização da dignidade e da vida de todos.

2.3 A MUDANÇA SOCIAL

Talvez umas das capacidades mais fantásticas do ser humano são a sua possibilidade de mudar seu próprio mundo segundo suas necessidades ou interesses.

As mudanças sociais têm algumas características que poderiam ser resumidas assim: devem ser permanentes; são sempre coletivas, uma vez que de alguma maneira afetam todo o grupo social; costumam alterar a estrutura social; podem mudar a história do grupo ou de toda a humanidade e reforçam o papel do sujeito da história do homem, já que ele é quem promove as transformações sociais.

Quando se fala em mudança social não deve pensar apenas nos fatores de transformação como sendo alguma coisa sempre tranqüila. O conflito também tem um aspecto transformador, promotor de mudanças sociais. E algumas vezes o conflito serve para prevenir outro conflito que poderia ser ainda maior e causar mudanças indesejadas na sociedade.

Para isso, a escola precisa mobilizar, refletir e discutir com todas as pessoas que estão envolvidas e também com as que ainda não estão inseridas no processo, a fim de que todos possam participar de forma coletiva das tomadas de decisão, construindo assim, uma gestão democrática, que pressupõe práticas colegiadas – discussão e participação – nas decisões coletivas por todos os segmentos da escola (diretores, professores, pedagogos, funcionários, pais e representantes da comunidade e organizações da sociedade civil) nas questões de ordem externa e interna da escola, fortalecendo então a autonomia da escola, no que se refere à sua capacidade de analisar criticamente a realidade social e de propor coletivamente práticas educativas comprometidas com a emancipação social (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2011, p. 21).

A escola não será democrática apenas pela sua prática administrativa, mas pela ação pedagógica, que pressupõe a educação como um dos instrumentos de transformação social. Mas, para isso, precisamos descobrir e permanecer firmes na convicção de que é possível ser educador sem ser autoritário, pois nada é mais pedagógico que desenvolver a autonomia e a criatividade das pessoas, proporcionando-lhes o aprendizado daquilo que é fundamental: a liberdade. Ensinar os alunos a sentir gosto pela liberdade.

É fundamental que, como educadores, ajudemos as pessoas a desenvolverem sua capacidade crítica, tornando-as aptas, a saber, o que fazer com o desenvolvimento e não engoli-lo de qualquer maneira.

Segundo (Aristóteles, 2009) amizade é uma virtude fundamental, necessária para a vida. É por meio dela que o homem pode se salvar e buscar a felicidade. Homens bons são amigos. Segue tratando os tipos de amizade, argumentando que a verdadeira amizade poupa erros, impele belas ações e constitui a força de amigos.

Para Aristóteles a busca é pelo meio termo, ou seja, o equilíbrio entre o excesso e a falta. É o desafio e enfrentamento diante de cada ação e emoção. É por isso, que a formação da excelência moral é uma busca constante e depende da capacidade racional, pois exige a todo o momento reflexão e escolha.

Por exemplo, pode-se sentir medo, confiança, desejos, cólera, piedade, e de um modo geral prazer e sofrimento, demais ou muito pouco, e em ambos os casos isto não é bom; mas experimentar estes sentimentos no momento certo, em relação aos objetos certos e às pessoas certas, e de maneira certa, é o meio termo e o melhor, e isto são característicos da excelência (ARISTOTELES, 2009, P. 41-42).

Lendo Aristóteles, pode-se perceber que a virtude do homem está relacionada às escolhas que ele faz. Essas escolhas não no sentido de querer ou não um ou outro objeto, mas escolhas no sentido de nossa racionalidade, ou seja, de agirmos de uma ou outra forma. São as escolhas que orientam o nosso agir.

Para diminuir a violência à resposta é a felicidade, o bem supremo procurado por todos os homens. O exercício da virtude pode dar-se pelo prazer. Para ter uma vida feliz, os homens escolher o que é agradável para eles evitam a dor. O prazer é completo a todo o momento. Não há movimento ou geração no prazer, pois ele é um

todo. O prazer completa a atividade como um fim alcançado. A felicidade é atingida quando o homem se liberta dos males terrestres, mas não pode ser contínua. Por isso, é preciso ser virtuoso e respeitar os valores morais (Aristóteles, 2009).

Toda ação humana é realizada em vista de um fim. Se, pois, as ações tendem a um fim e este, por sua vez, deve ser um bem soberano, então, o fim último das ações é o bem. Para Aristóteles, o bem soberano é a felicidade, para onde todas as coisas tendem. Ela é caracterizada como um bem supremo por ser um bem em si. Portanto, é em busca da felicidade que se justifica a boa ação humana. Todos os outros bens são meios para atingir o bem maior que é a felicidade.

ROUSSEAU, (2008) quem dirige os homens não deve dirigir as leis, quem dirige as leis não deve, pela mesma razão, dirigir os homens. É necessário, pois, que haja convenções e leis para unir os direitos aos deveres e encaminhar a justiça a seu objetivo. O objeto das leis é sempre geral. As leis não são senão as condições de associação civil. O povo, submetido às leis, deve ser o autor das mesmas; compete unicamente aos que se associam regulamentar as condições de sociedade. Se procurar saber em que consiste precisamente o maior dos bens, que deve ser o objetivo de todo sistema de legislação, achar-se-á que se reduzem a estes dois objetos principais: a liberdade e a igualdade.

Como diz Hannah Arendt (1992), a liberdade vivida como um “sentir interior” não tem realidade tangível no mundo; portanto, não tem nenhuma significação política e não pode ser compartilhada com outros homens. Tomar a liberdade como atributo da vontade é destruir-la de seu campo original. Como fato da vida cotidiana, ela diz respeito à política e aos assuntos humanos. A política é condição essencial da liberdade, e sem esta não há política. A liberdade só adquire existência na relação com os outros, e para isso é necessário um espaço público comum, politicamente organizado. Assim, para que a liberdade se realize como estado objetivo da existência humana, a finalidade da política é manter um espaço em que ela possa se manifestar em ato, pois, como lembra Hannah Arendt, “ser livre e agir são uma mesma coisa” (ARENDT, 1992, p.199).

Após termos vistos as diversas noções de violência, indisciplina e ética dentro do espaço escolar, bem como a posição do educador dentro da sala de aula, cabe

voltamos a nossa reflexão sobre a teoria de Paulo Freire (1996) e tomamos medidas para que haja essa mudança diante dessa situação.

No capítulo seguinte estaremos mostrando os tipos de violência encontrada nesse espaço escolar. O problema da violência escolar dentro do contexto da comunidade pesquisada, bem como os levantamentos de dados.

3. PROBLEMAS DA VIOLÊNCIA NA COMUNIDADE PESQUISADA

A relação entre Educação e Violência, não é recente, há registros históricos que indicam uma permanência nessa relação, porém, existem diferenças no teor de cada desdobramento desse processo, ou seja, cada momento histórico possui uma especificidade e uma forma de produzir violência. A Escola não é uma Instituição que está preservada desse processo.

Pensar a violência na Escola requer compreender o papel da Escola na sociedade contemporânea, ao mesmo tempo em que considerar a violência como um processo social compromete o desenvolvimento do trabalho pedagógico e a prática docente e discente. Deve-se observar, a partir da prática pedagógica docente e discente, qual é a forma de violência que a Escola enfrenta no seu dia-a-dia. “A Escola, entra nesse debate contemporâneo sobre a violência, ora como vítima da violência externa, ora como algoz, quando vista como uma Instituição com sua cota própria de violência”. (SCHILLING, 2004, p.60).

A relação de poder e violência constituem-se uma constante nas relações entre os sujeitos da escola, tanto dos diversos profissionais que atuam nela, como entre os alunos, propõe uma concepção que procura superar o senso comum de que poder e violência, ou violência é poder e argumenta que em verdade ela destrói o poder e que a cada diminuição no poder é um convite à violência, esclarecendo que:

O poder só é efetivado enquanto a palavra e o ato não se divorciam, quando as palavras não são vazias e os atos não são brutais, quando as palavras não são empregadas para velar intenções, mas para revelar realidades, e os atos não são usados para violar e destruir, mas para criar relações e realidades (ARENDT 1994, p.90)

Para compreendermos a violência na escola, é necessário definirmos o conceito de violência, que segundo (SCHIMIT, 2002) na escola pode ser observada em três dimensões, que são: Violência em torno da escola, a violência dentro da escola, e a violência da escola.

O presente estudo tratou de uma pesquisa de campo qualitativa em 2011, respondidos por alunos e professores, onde apontaram as principais características

das causas da violência escolar. Também apresentaram quais seriam as medidas para contenção da violência no colégio. Durante algumas horas de observação e com os levantamentos de documentos históricos tanto do colégio quanto da comunidade pudemos fazer uma análise de como estava, como está e como podemos melhorar a qualidade dentro do colégio.

Através dos levantamentos de dados foi nosso objetivo neste capítulo mostrar as múltiplas repercussões da violência no colégio, destacando as formas mais comuns: a violência física, empurrões, tapas, violência verbal, muitas vezes as pessoas são feridas e machucadas quando atribuímos a elas fala que significam ofensas, afrontas, mentiras, desprezo e tantas outras coisas, violência simbólica, comum entre os alunos, é quando um aluno é marcado pelos colegas e transformado em “bode expiatório” e objetos de gozação, violência pedagógica, é a violência de professores que dizem aos alunos que eles são ignorantes, que não tem inteligência, que são atrasados. Isso vai criando nos alunos um sentimento de inferioridade, de timidez que pode prejudicá-los pelo resto de suas vidas. Essa pratica transforma-se em violência, porque forma pessoas submissas, inseguras, dependentes.

A questão da violência nas escolas é muito discutida hoje sob o nome de bullying, que é exatamente o uso de práticas violentas baseadas na força e no poder. Mas em geral se resume a prática de violências físicas, não levando em consideração outras práticas, mais sutis, mas não mesmo cruéis.

Segundo Hannah Arendt: “O poder e a violência, embora sejam fenômenos distintos, geralmente apresentam-se juntos. Onde quer que se combinem, o poder é, conforme verificamos o fator fundamental e predominante” (ARENDT, 1985, p. 28).

No principio, buscou-se compreender as causas e processos pelos quais as escolas se tornam cenário de violência. Em seguida, ter acesso à visão da comunidade escolar como um todo quanto ao que fazer contra as violências nas escolas. Finalmente, apresentam-se resultados desta pesquisa.

Então ao decorrer dessa pesquisa, vários foram os indicadores que sustentaram essa violência escolar: a crise dos valores morais como a desarticulação entre os valores da família e as leis que regem a cidade; a diluição

das fronteiras entre os valores da esfera privada e as leis políticas (descrença na autoridade do Estado); a crise política da autoridade estende-se por áreas pré-políticas: a criação dos filhos, a educação, na qual a autoridade era reconhecida tanto para responder às necessidades naturais para proteger o ciclo vital da criança quanto por ofertar ações políticas que proporcionam continuidade a uma civilização; desamparo do indivíduo diante das escolhas morais, as normas e regras de conduta, figuras de linguagem em que uma coisa pode ser tomada por outra: autoridade confundida com obediência, violência, tirania, coerção, persuasão.

3.1 CONTEXTOS DA COMUNIDADE ESCOLAR

O Colégio Estadual Rodolpho Zaninelli – Ensino Fundamental e Médio com sede em Curitiba, Estado do Paraná. Sito a Rua Antonia Molina Bella nº 1.000, Vila Verde, CIC, é mantida pelo poder público, administrada pela Secretaria Estadual da Educação, nos termos da legislação vigente e fundamentado pelo Regimento Escolar, que garante a unidade filosófica, político-pedagógico, preservada a flexibilidade didático-pedagógica do Estabelecimento.

Teve sua fundação marcada por vários acontecimentos importantes e por pessoas que lutaram pela realização deste sonho. Em agosto de 1990, pais e professores (que trabalhavam na localidade) solicitaram a abertura de um colégio para o Ensino Fundamental e Médio na região da Vila Verde.

No dia 13 de Março de 1991, foi criado nosso estabelecimento de ensino, nomeado como Escola Estadual Conjunto Vila Verde. Neste ano atendia 8 turmas do ensino de 5ª a 8ª série do ensino fundamental. No ano de 1992 o número de turmas ampliou-se para 12, chegando para 16 em 1993. Até então a escola funcionava apenas no período noturno, situando-se à Rua Emílio Romani, nº. 316 - da referida localidade nas dependências da Escola Municipal Professora América da Costa Sabóia, através de contrato de comodato firmado entre a Prefeitura de Curitiba e o Estado.

Em 1994, a instituição começou a funcionar também durante o período diurno, contando então, com 3 turnos de ensino, atendendo a 33 turmas num espaço de 7 salas concedidas pela Igreja Católica local, através de acordo de comodato entre a Cúria Metropolitana e o Estado.

A partir de 19 de Junho de 1995 passou a funcionar em prédio próprio na Rua 12 (atual Rua Antonia Molina,) nº 1000, contando com um espaço físico de 7 salas de madeira.

No ano de 1996, em que nossa instituição passou a ser reconhecida (especificação logo abaixo) atendia a uma demanda de 21 turmas. Em 1997, a estrutura física foi ampliada com mais 4 salas em madeira e passou-se então a ministrar-se o Ensino Médio (que na época era denominado como ensino de 2o. Grau) e o número de turmas aumentou para 33. O nome da instituição passou para Colégio Estadual Rodolpho Zaninelli para homenagear este importante cidadão curitibano que se destacou em nosso cenário social por fabricar sapatos para deficientes físicos, sendo o pioneiro com este tipo de trabalho em Curitiba.

Em 1998 passou a funcionar no mesmo local em prédio novo com 18 salas de aula e 48 turmas. Neste ano o Diretor do Colégio Estadual Rodolpho Zaninelli – Ensino Fundamental e Médio, da cidade de Curitiba, Estado do Paraná, lançou a idéia de criar uma bandeira para o referido estabelecimento de Ensino, a qual representaria o Colégio em eventos realizados.

A idéia foi lançada, germinou e amadureceu e assim juntamente com o corpo docente, decidiram que desenvolveriam tal trabalho juntamente com os alunos e assim foi feito. Os trabalhos foram realizados, colocados em votação e aprovados pelos professores, funcionários e alunos, onde foi escolhido o desenho da Bandeira feito por uma aluna da 8ª série, turno vespertino.

A Bandeira do Colégio foi confeccionada no mês de junho de 1998 e representa o elo entre professores, alunos, diretores, funcionários e comunidade, em torno de um só ideal: "A união de todos para um bem comum: a educação!"

A referida bandeira é constituída por triângulos amarelos sobrepostos, representando a riqueza do conhecimento, nestes triângulos está inserido o nome deste Estabelecimento de Ensino. Ao centro, encontra-se na cor azul um globo que representa o nosso horizonte e a amplitude do Saber. Neste Globo encontramos ainda um livro aberto com páginas escritas representando os estudos e uma faixa branca onde se lê: "Estudar Para Vencer", expressando um incentivo para a vida. A cor branca da faixa significa a paz que reina em nosso ambiente de estudo e

trabalho. Acima dos triângulos encontra-se a sigla "CERZ" – que representa a homenagem ao nosso Patrono e as iniciais do nome do Colégio.

Em 1997 percebeu-se a dificuldade que algumas mães tinham para freqüentar a escola por não ter com quem deixar seus filhos à noite; diante desse fato e considerando que esse era um ideal, o então Diretor, e a Secretária do Colégio, imbuídos do mais alto grau de solidariedade, criaram o berçário. Para que isso se tornasse possível demonstraram muita garra passando por cima de retaliações e ou insinuações para que não levassem esse Projeto adiante, contagiando, assim, pessoas da Comunidade, e mesmo amigos de fora da comunidade que doaram os colchões e os berços, o enxoval e a decoração do berçário.

No ano de 2001, novo professor assumiu a Direção Geral do Colégio Estadual Rodolpho Zaninelli como interventor, após uma reunião com o Conselho Escolar e por ter passado no concurso para Direção, já que essa era uma exigência da época. Na eleição para escolha de Diretores em 2002, o Professor continuou na Direção Geral e junto com ele assumiram Professoras como Diretoras Auxiliares. Mais tarde, em 2003 houve eleição e concorreram duas chapas, sendo eleitos pela maioria da comunidade escolar, o mesmo Professor, como Diretor Geral e trocando apenas as como Diretoras Auxiliares. Na eleição de 2005 e 2008 o mesmo Professor foi reeleito como Diretor Geral e havendo mudanças apenas no cargo de Diretores Auxiliares. No ano de 2011 o Professor acima referido abdicou do cargo de Diretor assumindo como Diretor o Vice. Esses Diretores se destacaram pela gestão compartilhada, tendo o diálogo e a participação coletiva como objetivo para melhorar idéias.

As características que preconizaram a gestão da equipe foram: Amizade, inovação, dinamismo, alegria, paixão, firmeza, fé, otimismo e principalmente vontade. Vontade de ver uma escola pública de qualidade, vontade de ver na face de cada professor a alegria de ter o dom de ensinar, vontade de fazer com que cada funcionário exercesse o seu papel com respeito e dignidade, assumindo sua verdadeira missão. E, por fim, vontade de ver no rosto de alunos, a alegria e o prazer de pertencer à família Rodolpho Zaninelli.

Essa mesma equipe de Diretores continua trabalhando com o mesmo empenho,e buscando sempre realizar as melhorias necessárias e possíveis, juntamente com a equipe de Professores e Funcionários e Pais/Responsáveis.

3.2 ORGANIZAÇÕES DA ENTIDADE ESCOLAR

O Colégio hoje (2011) conta com: Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano, somando um total de 36 turmas, Ensino Médio do 1º ao 3º ano, com 14 turmas. O Colégio oferece curso Profissional em: Técnico em Administração Integrado: 1º e 2º ano, com 2 turmas. Técnico em Mecânica Integrado: 1º e 2º ano, 2 turmas. Técnico em Secretariado Integrado: 3º e 4º ano 2 turmas. Técnico em Mecânica Subsequente: 1º ao 4º semestre, com 4 turmas.Técnico em Administração Subsequente: 2º e 3º semestre, 2 turmas.

3.2.1 REGIME DE FUNCIONAMENTO:

O horário de funcionamento do Estabelecimento no período matutino é das 7h40min às 12h00, no vespertino das 13h10min às 17h30min e no noturno das 19h00 às 22h45min com uma tolerância de até 10 minutos de atraso no horário de entrada. A saída antecipada dos alunos se dá com autorização expressa pelos responsáveis e em casos especiais a Equipe Pedagógica faz contato com o responsável por telefone e, ou, na falta deste, conta com um voluntário que se desloca até a residência do aluno. A APM, com anuência dos pais definiu um modelo de uniforme para os alunos do diurno, de uso obrigatório. No período noturno não é cobrado o uniforme visto que muitos alunos veem do trabalho direto para Escola.

3.2.2 RECURSOS FÍSICOS:

O Colégio conta atualmente com: 18 Salas de Aula, 01 Sala de Apoio, 01 Sala Multiuso, 01 Brinquedoteca,01 Sala de apoio, 01 Sala de Direção, 02 Salas de Supervisão de Ensino e Orientação Educacional,01 Sala para Secretaria,01 Sala para Biblioteca,02 Laboratórios de Informática,01 Laboratório de Ciências, Física, Química e Biologia,01 Depósito para Merendas,01 Cozinha,01 Almoxarifado,02 Banheiros alunos (feminino),02 Banheiros Alunos (masculino),01 Banheiro Professores (feminino),01 Banheiro Professores (masculino),01 Banheiro Funcionários (feminino),01 – Banheiro – Funcionários (masculino),01 Banheiro Deficientes Físicos de acordo com as normas de acessibilidade, 01 Cancha de

Esportes (Coberta), 01 Saguão Coberto, Área Livre para Recreação, 22 TV “Pen-drive”

3.2.3 RECURSOS DIDÁTICOS:

O Colégio tem a disposição dos professores e alunos os seguintes Materiais: Mapas, globos, revistas, réguas, pincéis, esquadros de madeira, compassos de madeira, transferidores de madeira, cartazes do corpo humano, amostras minerais, etc. Recursos Audiovisuais: Televisores, vídeos-cassete, fitas de vídeo, aparelhos de som, slides, retro- projetores, DVDs, Projetor de multimídia, Laboratório de Informática e Fotocópias estão equipados Microcomputadores, impressoras, máquinas de Xerox, fax.

Para o exercício de Práticas Desportivas o Colégio conta com bolas, rede de voleibol, tabelas de basquete, jogos de palitos, mesas, redes e bolas de tênis de mesa, jogos de xadrez, jogos de damas, dominó, etc.

Os alunos e professores têm a sua disposição o Acervo Bibliotecário que conta com livros para Leitura, técnico-didáticos, revistas, jornais, enciclopédias, etc., bem como livros específicos Livros Técnico-didáticos (biblioteca do professor).

3.3 COMUNIDADE ESCOLAR NO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO

A escola está situada na região periférica do município de Curitiba, fazendo divisa com o Município de Araucária, a região caracteriza-se pela implantação de indústrias de grande porte e pelo acesso ao contorno sul.

Iniciou-se como área de ocupação e hoje conta com aproximadamente 23 mil habitantes possuindo como infraestrutura, além de nossa instituição, duas escolas municipais que atendem a demanda de ensino fundamental - séries iniciais, uma escola de educação infantil e uma creche.

Também na área de educação existem três projetos da Prefeitura Municipal de Curitiba (PIA-FAZ e CRAS) que atendem as crianças do ensino fundamental, no contra-turno do período escolar. Para a maioria da população há serviços de energia elétrica, água encanada e sistema de coleta de esgoto. Quanto aos cuidados com a saúde, há uma Unidade de Saúde para o atendimento da população local.

A prefeitura também mantém no local, um mercado popular para atender as necessidades básicas de alimentação denominadas Armazém das Famílias, algumas praças canchas de areia, um Farol do Saber (biblioteca pública que oferta acesso a informatização). Também se encontra na Vila Verde, diferentes igrejas, casas comunitárias e um comércio local razoavelmente diversificado.

As famílias são constituídas em média por um número entre quatro a sete pessoas, a maioria reside em casa própria e possui eletrodomésticos mais essenciais como geladeira e máquina de lavar roupa, como também o mais difundido: o aparelho televisor. Aproximadamente metade das famílias, conta com renda para o sustento, de até dois salários mínimos, sendo que a outra metade não ultrapassa o recebimento de quatro salários mínimos por mês.

Algumas famílias são oriundas do interior do estado que migram para Curitiba em busca de melhorias de qualidade de vida, mas as maiores são de pessoas que nasceram em Curitiba vindo de outros bairros da capital.

O núcleo familiar é composto, em grande parte, seguindo a estrutura familiar conjugal ou nuclear compreendida por pai, mãe e irmãos, embora seja muito comum o tipo de família consanguínea ou extensa que compreende outros entes no mesmo lar, como avós, primos, tios entre outros. Também há casos de famílias monoparentais não tão significativos proporcionalmente, porém não menos relevantes de alunos que moram com tios e avós e que tem pouco contato com os pais.

A maioria da comunidade possui escolarização que completa as séries iniciais do ensino fundamental e segue uma determinada corrente religiosa. Nos aspectos referente à saúde observa-se um considerável número de casos depressivos, gravidez na adolescência, acentuado número de drogadição e uso do álcool.

Observa-se que a comunidade tem o Colégio como ponto de referência educacional, elencando como pontos positivos a estrutura física, a gestão e estrutura organizativa.

Devido a circunstâncias socioeconômicas, a participação dos pais no processo ensino-aprendizagem é mínima, quando convocados para reuniões

escolares são poucos os que comparecem, pois há grande dificuldade em conciliar horário de trabalho com reuniões pedagógicas.

Ao que nos parece, a maior característica dessa agitação dos alunos em determinadas situações é as decorrências prolongadas de aulas que não lhe são atrativas, dessa forma, o período diário de permanência no colégio torna-se cansativo para todos. O recreio é então o momento aproveitado para correr e brincar resultando, eventualmente, em pequenas brigas e desentendimento comuns entre eles. No entanto, os professores parecem perturbar-se nesses momentos, talvez, por sentir perder o controle da situação. O colégio tem uma estrutura, ou seja, uma aparência nada agradável devido a excesso de grades e portas de ferro; também a escassez de materiais tanto para professores quanto para alunos. Há diversas crises de valores morais como a desarticulação entre os valores da família e as normas que regem o colégio gerando a indisciplina. Tentamos mostrar nesse capítulo o desenvolvimento do bairro, os problemas que geram as violências escolares. Que segundo relatos diminuíram e hoje se percebe que os alunos cuidam mais do colégio, o índice de evasão diminuiu como também o de reprovação segundo dados anteriores da equipe pedagógica.

CONCLUSÃO

É fundamental ressaltar o papel da família como célula “mater” na construção do cidadão ético. Sua responsabilidade começa antes do nascimento da criança e se estende por toda a vida. A criança, quando ingressa na escola, traz consigo uma gama de valores e demonstram a postura ética e moral recebida de seus pais ou responsáveis por sua educação.

A família é fundamental na formação de qualquer indivíduo culturalmente, socialmente, como cidadão e como ser humano. Papel da família na sociedade sempre foi e deveria ser o de educar, ensinar, dar exemplo, de amor.

A família é a base do indivíduo, sem essa estrutura a pessoa terá que enfrentar ao longo de sua jornada, problemas psicológicos, emocionais. Terá maior dificuldade para superar determinados problemas em sua vida do que aquele que originou de um lar onde os pais conseguiram transmitir a essência do amor, da fé, da compreensão, do diálogo, do carinho, da perseverança. Mesmo enfrentando problemas do dia a dia. Mostrando o valor de cada indivíduo dentro daquele lar

Os valores entre família vêm com a cidadania em que a educação juntamente vem de encontro e devam ser praticadas. O ensino das boas maneiras na educação deve ser um trabalho diário contínuo não deixando de enfatizar mensagens no dia a dia dos alunos, recomendando, uma relação educada e de respeito com todos, levando para casa a questão na escola como é? Como deve acontecer? Fazendo um processo natural e espontâneo, lembrando que, quanto mais cedo for incorporada em nosso comportamento essa transmissão de valores onde a família e as escolas juntas resolvam as situações-problema que de certa forma o aprendizado diário quer seja em casa ou na escola essa convivência proporciona ideias a ser discutidas. Mostrando que o bom comportamento social, educação, respeito, confiança, cidadania e boas maneiras em geral os bons modos na família reflete na escola e vice-versa. Sendo importante a presença da família na educação escolar, para nossos alunos.

É urgente a necessidade da aproximação da família com a escola e que os pais e responsáveis sintam a obrigação de acompanhar a vida escolar do aluno. Os alunos, pais e professores insistem nas medidas baseadas na integração da escola com a comunidade, para conter a violência nos estabelecimentos de ensino.

Apostarem nessas medidas de resolução compartilhada do problema, tendo em vista a indicação do diálogo entre alunos, pais, professores e diretoria, e a parceria entre escola e comunidade, como dispositivos importantes para conter as violências nas escolas.

A escola é vista, aparentemente, como elemento de mediação entre aluno e a família, cabendo-lhe trabalhar os significados da violência dentro e fora de seus limites a fim de combatê-la, abordando aspectos importantes na vida do estudante que extrapolam os muros da escola e o período letivo.

Os educadores têm a responsabilidade de transformar o ambiente escolar em praticas que respeitam os direitos dos alunos e que promovem a dignidade humana. Deve-se então compreender que a centralidade da Escola e do processo pedagógico está no ensinar e no aprender. Essa centralidade aparece como um direito de todos os educandos. A prática docente deveria ter como objetivo pensar o processo pedagógico a partir de duas perspectivas: a primeira, com a relação à garantia de direitos, à escolarização; e a segunda, com relação ao processo de aprendizagem do conhecimento escolar.

A educação deverá registrar-se imediatamente a nascença, baseada em valores, normas e modelos de conduta que serão inculcados no sentido de formar a personalidade do individuo.

As situações de violência comprometem o que deveria ser a identidade da escola, lugar de sociabilidade positiva, de aprendizagem de valores éticos e de formação de espíritos críticos, pautados no dialogo, no reconhecimento da diversidade e na herança civilizatória do conhecimento acumulado. Essas situações repercutem sobre a aprendizagem e a qualidade de ensino tanto para alunos quanto para professores.

A educação é indispensável no sentido de impregnar na condição humana, uma dimensão ética, axiológica de humanização, como principio de superação da violência.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Mirian e RUA, Maria das Graças. **Violências nas escolas**. UNESCO. Brasília, Dezembro de 2003.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o Futuro**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2009.
- . **Da Violência**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.
- . **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- . **Sobre a Violência**. São Paulo: Relume Dumará, 1994.
- . **O Sistema Totalitário**. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1978.
- ARISTÓTELES, **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2009.
- Brasil. Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Apresentação dos Temas Transversais. MEC/SEF 1998.
- CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão?** Campinas, SP: Papyrus, 1991.
- CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**, Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.
- CHAUÍ, Marilena- **A Existência Ética e A Filosofia Moral. Livro: Convite a Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2004.
- DEBARBIEUX, Éric e BLAYA, Catherine. **Violência nas escolas e Políticas Públicas**. Unesco. Brasília, Novembro de 2002.
- DURKHEIM, Émile. **Sociologia, educação e moral**. Livro Segundo, Portugal: Rés Ed. Ltda, 1974.
- . **Sociologia e filosofia**. Coleção Fundamentos de Direito. São Paulo: Editora Cone, 1994.
- FOUCAULT, Michel- **Vigiar e Punir**. Petropolis: Editora Vozes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Ano da publicação original: São Paulo: 1996. Ano da digitalização, 2002.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**/ Anthony Giddens; tradução Sandra Regina Net, Porto Alegre: 4 ed. Artmed, 2005.

KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia**. Piracicaba: editora UNIMEP, 1996.

www.planalto.gov.br/civil/03/leis/L8069.htm, acessado em 20/11/2011

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O contrato social**. São Paulo: Editora Escala 2008.

----- . **O Contrato Social e outros escritos**. São Paulo: Cultrix, s/d.

Revista **Discutindo Filosofia**. Ano 2, N 7, Editora educacional.

SCHILLING, Flávia. **A Sociedade da Insegurança e a Violência na Escola**. São Paulo: Moderna, 2004.

SCHELBO, Guilherme Zanina. **Violência e Criminalidade Infanto-Juvenil**. Brasília, 2005.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **Educação Esquecida, Geração Perdida**. Curitiba, Gazeta do Povo, p.10, 05 jul.2002.

VEIGA, I.P.A . (org) **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas, SP; Papirus (1995, p. 11-35) (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).

ZANINELLI, RODOLPHO. **Projeto Político Pedagógico**. Curitiba, Paraná, 2011.

APÊNDICE.

1- Questionário

Primeira fase:

Executado junto á 15 docentes do Colégio Estadual Rodolpho Zaninelli em 10/10/2011. Por ser um questionário com respostas discursivas, não será aplicada a mensuração através de tabelas.

- 1) Qual o papel da família na Educação?
- 2) Qual o papel da Escola na Educação?
- 3) Como você vê a violência nas Escolas Publicas?
- 4) Como a Família e a Escola podem contribuir para diminui a violência Escolar?

Segunda fase

2- Entrevista

Realizada no período de 09/09/2011 à 10/10/2011, com os alunos do Ensino Médio Noturno.

- 1)Faça um comentário como você descreveria Estrutura física da escola.
- 2)Descreva sobre Disciplina dos estudantes.
- 3) Você concorda com a facilidade do Acesso a bebidas alcoólicas.
- 4)Qual a sua opinião em relação a Segurança e policiamento.
- 5) Na sua opinião as Gangues e traficantes,exercem influência na Violência comunidade escolar e na sociedade local?

ANEXOS

1- Respostas ao tema: ética na educação: o papel do educador social na prevenção da violência nas salas de aula nas escolas públicas coletada no Colégio Estadual Rodolpho Zaninelli no segundo semestre. Questionário respondido pelos professores.

Resposta 1

O papel da família na Educação:

- a) “Deveria ser o mais importante, só que nos dias de hoje as famílias em geral se preocupa apenas em por os filhos na escola e não com o que ele está aprendendo nas escolas”.
- b) “A família é o cerne da educação e nela que os indivíduos entram em contato com o primeiro processo de socialização; levando em conta que esta é o primeiro grupo social no qual estamos inseridos. É também neste grupo que conhecemos as primeiras normatizações construídas socialmente”.
- c) “A família é responsável pela educação assistemática do sujeito como respeito mutuo, disciplina, ética... ou seja, conceitos básicos fundamentais para seu desenvolvimento e, por conseguinte seu aprendizado”.
- d) “A família transmite valores e assim atua na educação e desenvolvimento da pessoa”.
- e) “De acompanhamento de todo o trabalho desenvolvido, seja pedagógico, administrativo, levando a participação na vida acadêmica dos filhos”.

Resposta 2

O papel da Escola na Educação:

- a) “A escola tenta fazer o seu papel que é educar (professores), só que a falta de interesse cada vez está maior por parte dos alunos. O sistema também é culpado porque só busca números ao invés de buscar uma educação de qualidade”.
- b) “E na escola que conhecemos ou encontramos em contato com o “diferente”. É também nesta instituição que fixamos e difundimos uma série de valores limites (normas sociais). A escola juntamente com a família serve como instrumento de formação dos indivíduos”.
- c) “Fornecer ao sujeito o conhecimento científico acumulando ao longo dos tempos, bem como desenvolver neste pré - requisitos de cidadania, possibilitando a transformação da sociedade”.

- d) “À escola cabe a educação integral: conhecimento e formação”
- e) “Desenvolver o conhecimento científico”.

Resposta 3

Você vê a violência nas Escolas Públicas:

- a) “Terrível, os jovens estão cada vez mais revoltados, onde crianças de cinco anos já estão fumando, escutando rap, entre outras coisas”.
- b) “A escola como instituição social é reprodutora de práticas sociais que permeia as sociedades modernas. A violência entra como algo natural “comum” dentro da sociedade (inclusive) dentro do universo escolar”.
- c) “Observa-se que os índices da violência concentram-se no nível fundamental, segunda etapa, concentrando-se na faixa etária dos 11 anos aos 15 anos sendo que na maioria a violência ocorre entre eles, por motivos banais oriundo do convívio extra-escolar”.
- d) “sem controle. Há violência física, moral entre crianças e entre adultos. Observo que a violência não atinge somente as escolas e tão pouco somente as escolas “Públicas”, mas toda a sociedade e assim, não pode ser tratada como algo que acontece somente na escola”.
- e) “O que eu vejo é o vandalismo, depredação, pichação por pessoas que não participam da rotina diária”.

Resposta 4

A Família e a Escola podem contribuir para diminuir a violência Escolar:

- a) “Dialogando com os alunos (escola), filhos (pais). Educação mais rígida por partes dos pais. Autonomia nas escolas”.
- b) “Como ambos são instrumentos de formação social, o culto a valores éticos desde o início do processo de socialização de cada indivíduo na família e depois um aperfeiçoamento de uma cultura de paz permeado por um equilíbrio emocional (inclusive espiritual) com o auxílio que uma terceira instituição à religiosa no âmbito escolar agiria como uma nova “formação” do indivíduo que se estabelecerá como uma contracultura ao elemento (problema social) chamado de violência escolar. Assim, só umas ações conjuntas onde várias Instituições sociais agindo em prol da não violência seriam capazes de criar novas práticas sociais”.
- c) “Primeiramente há a necessidade de um trabalho em conjunto família-escola no sentido de resgatar com a mudança ocorrida na sociedade nas últimas décadas. E a escola pode trabalhar através de projetos motivadores despertando maior interesse nos alunos em relação aos conteúdos trabalhados”.

d) “A Educação Infantil tem muito a contribuir com o sistema como um todo dando o exemplo da necessidade do “cuidar” e do “educar”. Família necessita cuidar educar e a escola também. Ainda não se aprendeu a fazer parceria”.

e) “Seguir os papéis que cabe a cada uma, porém com união e conhecimento do todo”.

2- Respostas ao tema: ética na educação: o papel do educador social na prevenção da violência nas salas de aula nas escolas públicas coletada no Colégio Estadual Rodolpho Zaninelli no segundo semestre. Entrevista feita com os alunos que revelou aspectos que merecem destaque, tais como:

Estrutura física da escola- a estrutura física da escola também afeta o ambiente escolar. Os alunos criticam a qualidade do meio ambiente físico, principalmente as salas de aula, corredores e pátios.

Disciplina dos estudantes- a observação local direta efetuada mostra que é pouca os alunos que demonstram comportamento indisciplinado. Quando se trata de gazejar ou matar aulas.

Acesso a bebidas alcoólicas- notou-se a existência de estabelecimentos comerciais no entorno da escola, entre os quais se incluem os bares.

Segurança e policiamento- Não existe consenso acerca da convivência da vigilância policial no ambiente da escola. Para muitos, a presença da policia seria não somente inútil como prejudicial. Assim alguns entrevistados defendem a presença da policia para conter a marginalidade no entorno da escola. Outros (alunos) afirmam que escola deve resolver seus problemas relacionados à violência sem contar com a polícia. A relação entre alunos e policiais é delicada no bairro.

Gangues e traficantes- segundo os alunos e o corpo docente, um dos maiores problemas, em muitas escolas, são as gangues e/ ou tráfico de drogas no espaço escolar ou no entorno, levando ao extremo o clima de insegurança. Em consequência disso, a autoridade dos responsáveis pela ordem no colégio torna-se mais frágil. As direções dos estabelecimentos de ensino receiam tomar atitudes para combater as gangues e os traficantes no ambiente escolar. Em vários depoimentos desta pesquisa, ressalta-se a presença do tráfico. Em muitos casos, os traficantes utilizam vendedores ambulantes e até mesmo os alunos para a venda e distribuição

de drogas. As gangues, por sua vez, interferem na vida do colégio de várias formas: ameaças a aluno, atos de vingança, clima de tensão, etc.

